



ESPACIALIDADE E INDICADORES EDUCACIONAIS NO ESCOPO DO TERRITÓRIO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA SUDESTE PARANAENSE

REINALDO KNOREK
ANCELMO SCHÖRNER
RUI PEDRO JULIÃO

RESUMO: Já iniciaram os estudos preliminares para o novo Censo Demográfico 2020 no Brasil. Serão novos dados coletados e novos indicadores construídos, nas várias áreas do conhecimento, sobretudo, esses números coletados devem apontar uma nova e atualizada realidade nacional. Logo, este artigo inquirir uma apreciação da espacialidade sobre dados e indicadores educacionais divulgados nos três últimos Censos do IBGE, nomeadamente, em análises e comparações no recorte do Território Da Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense. Esse Território é configurado por 21 municípios, foco do estudo, que está dividido geograficamente em quatro microrregiões: 1) - Microrregião Geográfica Prudentópolis. 2) - Microrregião Geográfica Irati, 3) - Microrregião Geográfica União da Vitória e; 4) - Microrregião Geográfica São Mateus do Sul. Os mesmos se caracterizam por possuírem: baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), grande número de beneficiários da política pública do Programa Bolsa Família (PBF), baixo dinamismo econômico na geração de emprego e renda, pouco dinamismo industrial e tendo como principal atividade econômica a exploração agropecuária, principalmente, em atividades associadas à agricultura familiar. O método aplicado é o exploratório-descritivo, tendo como base a coleta dos dados divulgados pelos censos. Assim sendo, a apreciação é no recorte territorial, sobre a evolução medida em porcentagens dos indicadores demográficos, IDHM, e na área da educação fundamental, ensino médio e ensino superior, para entender se houve crescimento e ou desenvolvimento nesse território. Entrementes, a sua relevância está na apreciação e análise territorial, por meio dos indicadores educacionais, que de certa forma, indicam se teve crescimento econômico, social e desenvolvimento comunitário na espacialidade da região sudeste paranaense.

PALAVRAS – CHAVE: Território, IDHM, Indicadores, Educação, Desenvolvimento Comunitário.



1 – ESPACIALIDADE TERRITÓRIAL E O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.

Nas discussões e abordagens, das mais distintas escalas espaciais sobre as ação e transformação, nas mais diferentes dimensões setoriais presentes nas formulações planejamento das políticas públicas, destaca-se a educação como reflexão da espacialidade e o desenvolvimento territorial, regional e comunitário. A educação é um dos condicionantes aos desafios e contradições geradas, por estruturas preparadas, na promoção das políticas de coesão e transformações territoriais. Os processos, conteúdos e dimensões territoriais - rurais e urbanas - que ao longo da história formaram seus territórios, como do sudeste paranaense, foram de certa forma influenciados por vários fatos, dentre eles as estruturas educacionais, voltadas para o desenvolvimento do mesmo.

Dentre tantas políticas públicas e programas de governo, voltados ao desenvolvimento comunitário, territorial e regional, destaca-se por exemplo, todavia não sendo uma política pública de Estado, mas sim um Programa de Governo, o – Programa Território da Cidadania (PTC) - lançado em 2008 pelo Governo Federal, de Luiz Inácio Lula da Silva, visto que, aproximar-se do desenvolvimento territorial no Brasil. Para KNOREK, (2017, p. 163), este programa de governo, teve como principal objetivo alavancar o desenvolvimento econômico e universalizou os programas básicos de cidadania, em territórios com baixo dinamismo social existente no Brasil. A partir de diagnósticos constituídos por meio de dados estatísticos, esses territórios, que foram classificados, conforme o decreto presidencial que definiu quais condições para os mesmo serem incluídos no Programa Territórios da Cidadania, entre eles estão: o baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), grande número de beneficiários da política pública do Programa Bolsa Família (PBF); assentamentos da reforma agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas e territórios com maior número de municípios com baixo dinamismo econômico na geração de emprego e renda, pouco dinamismo industrial e tendo como principal atividade econômica a exploração agropecuária, principalmente, as atividades conexas à agricultura familiar. Para alguns territórios brasileiros, foi elaborado a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que circunscreveram a origem do programa Território da Cidadania. Assim as políticas públicas de desenvolvimento comunitário, territorial ou regional, têm como objetivos



promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de estratégias, como as educacionais voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, Estados e Municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. (BRASIL, PORTAL DA CIDADANIA DO GOVERNO FEDERAL, 2017, s/p).

Assim sendo, o exemplo dos Territórios da Cidadania que se configuravam com 1851 municípios, 33,2% do total dos municípios brasileiros, donde vivem, nos Territórios da Cidadania 44,6 milhões de brasileiros (as), abrangendo 53,17% da superfície nacional. Neles encontra-se 42% da demanda social do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), constituído por agricultores (as) familiares, assentados (as) pela reforma agrária, trabalhadores (as) rurais que buscam acesso a terra, além de outros segmentos de populações tradicionais que habitam os espaços rurais. Não obstante, essa política de desenvolvimento territorial, que estava sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrícola (MDA), porquanto, pelo Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016, o governo Temer, transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e decreta o “fim” dos Territórios da Cidadania no Brasil. Com isso foram eliminados muitos dados construídos por vários estudos territoriais.

Os Territórios da Cidadania são, portanto, territórios formados, por um conjunto de municípios, com as mesmas características, por conseguinte, se destacam: o econômico, educacional, o ambiental, a identidade e coesão social, a cultural e a geográfica.

Para este estudo, especificamente, o escopo está no território sudeste paranaense tendo um recorte do Território Da Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense. Esse Território é configurado por 21 municípios, foco do estudo, que está dividido geograficamente em quatro microrregiões: 1) - Microrregião Geográfica Prudentópolis: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Ibituva, Ipiranga, Ivaí, Prudentópolis, Teixeira Soares. 2) - Microrregião Geográfica Irati: Irati, Mallet Rebouças, Rio Azul; 3) - Microrregião Geográfica União da Vitória: Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, União da Vitória; 4) - Microrregião Geográfica São Mateus do Sul: Antônio Olinto, São João do Triunfo, São Mateus do Sul. Os mesmos se caracterizam por possuírem: baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), grande número de beneficiários da política pública do Programa Bolsa Família (PBF), baixo dinamismo econômico na geração de emprego e renda, pouco dinamismo industrial e tendo como



principal atividade econômica a exploração agropecuária, principalmente, em atividades associadas à agricultura familiar. Neste recorte apresenta-se e analisa-se a demografia, IDHM, os dados estatísticos educacionais que apontam indicadores educacionais neste espaço geográfico, como os de ensino fundamental completo, ensino médio completo e o ensino superior completo.

2 - INFRAESTRUTURAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO

Para entender as infraestruturas educacionais, segundo LIBÂNEO (2008, p.132) afirma que o sistema organizacional da escola dispõe de funções que são “propriedades comuns ao sistema organizacional de uma instituição, a partir das quais se definem ações e operações necessárias ao seu funcionamento”. São elas: planejamento, organização, direção ou coordenação e avaliação. As construções, os mobiliários e o material didático precisam ser adequados e suficientes para assegurar o desenvolvimento do trabalho pedagógico e favorecer a aprendizagem. A educação com qualidade social e a democratização, implica longo, na garantia do direito à educação para todos, por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas, com acompanhamento e avaliação da sociedade. Articular um processo educativo, de modo a favorecer o desenvolvimento e a apreensão de saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sócio históricos, compreendendo, assim, as necessidades do mundo do trabalho, os elementos materiais e a subjetividade.

A autora VIEIRA, (2001), em sua obra *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica*, conceituam que estrutura e o funcionamento de uma escola dizem respeito à organização do sistema escolar. A infraestrutura educacional leva em conta também as tecnologias nas salas de aula. Como afirma Vieira, “a busca pela estrutura e funcionamento pleno é um desafio permanente para os que trabalham neste âmbito da atuação humana” (VIEIRA, 2001, p.22). Estrutura se refere aos prédios, instalações físicas, como bibliotecas, laboratórios, sala de aula, quadra, banheiro, etc. Em relação ao funcionamento por sua vez, depende da sua estrutura, isto é, uma escola em funcionamento tem a presença de funcionários, professores, alunos, diretores, coordenadores, etc. Mas, a referida autora enfatiza que para o bom funcionamento da escola é preciso o compromisso de todos com a aprendizagem, do contrário ela não se encontrará nesse nível. Promover educação, como observado, requer a garantia de um ambiente com condições para que a aprendizagem



possa ocorrer. Dessa forma é importante proporcionar um ambiente físico, aqui denominado infraestrutura escolar, que estimule e viabilize o aprendizado, além de favorecer as interações humanas. Dessa forma, “fica transparente a necessidade de políticas públicas que visem a diminuir as discrepâncias e promover condições escolares mínimas para que a aprendizagem possa ocorrer em um ambiente escolar mais favorável [...]” (NETO *et al*, 2013, p. 78).

Logo, a infraestrutura no setor educacional, contribui para que o desenvolvimento aconteça, e assim, os investimentos nos mais diversos territórios no Brasil, como os Territórios da Cidadania, extintos pelo governo Temer em 2016, e também no classificado pelo IBGE, o Território Da Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense, donde, certamente resultam indicadores, educacionais que podem ser favoráveis ou não, para o desenvolvimento de um território. A infraestrutura educacional, diz respeito ao prédio escolar, aos mobiliários, aos recursos tecnológicos, entre outros, que auxiliam os professores e alunos a uma educação pertinente. Tudo isso mais o capital humano levam um território ao crescimento e ou ao desenvolvimento: em todas as áreas, desde o educacional, cultural, econômico, e tantas outras.

3 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS NO TERRITÓRIO SUDESTE PARANAENSE

Desde meados da década de 60, do século XX, que os chamados indicadores sociais têm vindo ser objeto de atenção crescente de decisões públicas, acadêmicos e comunicação social e pesquisas territoriais de desenvolvimento. Segundo (ALTMANN, 1981, p. 187-204.), a expressão “indicadores sociais” surgiu nos EUA em 1966, tendo sido veiculada numa obra coletiva organizada por Raymond Bauer, intitulada *Social Indicators*. A finalidade desse estudo consistiu em avaliar os impactos da corrida espacial na sociedade americana. A observação da mudança na sociedade em termos socioeconômicos, dada a precariedade dos dados existentes, só pôde ser contornada por Bauer e seus colegas através da construção de indicadores de caráter social; esse fato permitiu uma análise aprofundada do conjunto das condições sociais, políticas, econômicas e teóricas De acordo com (SANTAGADA, 2007, p. 113-114) o interesse pelos indicadores sociais expandiram-se na década de 70, tendo decaído nos anos 80 e revitalizado na década seguinte. Em especial a partir do lançamento do projeto do IDH, no início dos anos 90 do mesmo século, os argumentos sobre a necessidade de se medir o avanço da sociedade e o desempenho da gestão pública deslocaram-se da área econômica para áreas tão diversas como a saúde,



a educação, a cultura, os direitos humanos e o meio ambiente. A escolha da informação que retrata o estado social de uma área geográfica é uma tarefa difícil, porque depende de acordo entre governantes, políticos em geral e organizações da sociedade civil (Associações cívicas, Sindicatos, Associações patronais, dentre outros) acerca dos critérios mais importantes para se formular os indicadores. Atualmente já existe um consenso sobre os critérios de seleção da informação que melhor retrata o estado social de uma área geográfica, podendo fazer-se menção a um conjunto mínimo de Indicadores Sociais. Esse conjunto é composto por informações sobre: i) as características da população, ii) a dinâmica demográfica, iii) o trabalho e o rendimento; iv) saúde, v) justiça e segurança pública, vi) educação e, vii) condições de vida das famílias.

Santos em sua alocação, sobre a heterogeneidade do espaço habitado, caracteriza o espaço habitado em três dados essenciais:

A evolução global da população mundial só pode ser completamente entendida se considerarmos ao menos três dados essenciais. Primeiro, a distribuição da população entre as diversas áreas do Globo e dentro de cada país evolui de maneira desigual. Depois com isso não é apenas o resultado do excesso de nascimentos sobre as mortes, temos de levar em conta as migrações internas e internacionais, cada vez mais frequentes (...) uma das características do espaço habitado é pois, sua heterogeneidade, seja em termos da distribuição numérica...seja em termos de sua evolução. Aliás, essas duas dimensões escondem e incluem outra: a enorme diversidade qualitativa sobre a superfície da terra, quanto a raças, culturas, credos, níveis de vida, etc. (SANTOS, 1997, p.39)

Segundo JANNUZZI (2001, p 10), foi-se o tempo em que políticos e administradores públicos podiam alardear suas realizações sem que pudesse aferir o impacto que haviam causados às coletividades que governa. Os indicadores, particularmente os sociais ficavam guardados para e pelos especialistas. A situação vem mudando e hoje é obrigatória a referência aos indicadores de situação, desempenho e de resultados para qualquer programa ou atividade pública. Os indicadores sociais são insumos básicos e indispensáveis em todas as fases do processo de formulação e implementação das políticas públicas. Em cada fase do processo de formulação e implementação da política pública requer emprego de indicadores. Prontamente os recursos empregados, métodos de alocação de recursos, resultados, etc. devem ser avaliados por meio de indicadores adequados que demonstrem a realidade da sociedade em análise. Logo, na educação os dados produzidos pelos censos do IBGE, são usados para formular indicadores e contribuem para a tomada de decisões na execução e formulação de políticas públicas educacionais. Os mesmo indicam a evolução, crescimento ou decréscimo, em números, da realidade de um espaço ocupado. Quando se



quer compreender como está ocorrendo o desenvolvimento humano em um território, indicadores como o IDHM¹, refletem a realidade, pois é obtido pela média geométrica dos três subíndices das dimensões que compõem o índice: longevidade, educação e renda.

Entender o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), os subíndices que o compõem, relativos às dimensões Renda, Educação e Longevidade, além dos subíndices que compõem o índice da dimensão Educação (os índices das dimensões Renda e Longevidade são construídos a partir de um único indicador - renda per capita e esperança de vida ao nascer, respectivamente). O IDHM Índice da dimensão Longevidade que é um dos 3 componentes. É obtido a partir do indicador Esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $[(\text{valor observado do indicador}) - (\text{valor mínimo})] / [(\text{valor máximo}) - (\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são 25 e 85 anos, respectivamente. O IDHM Educação é o índice sintético da dimensão Educação que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido através da média geométrica do subíndice de frequência de crianças e jovens à escola, com peso de 2/3, e do subíndices de escolaridade da população adulta, com peso de 1/3. Subíndice de escolaridade fundamental da população adulta - IDHM Educação, Subíndice selecionado para compor o IDHM educação, representando o nível de escolaridade da população adulta. É obtido pelo indicador da % de jovens e adultos, com 18 anos ou mais, com o fundamental completo. Subíndice de frequência escolar da população jovem - IDHM Educação Subíndice selecionado para compor o IDHM educação, representando a frequência de crianças e jovens à escola em séries adequadas à sua idade. É obtido através da média aritmética simples de 4 indicadores: % de crianças de 5 a 6 anos na escola, % de crianças de 11 a 13 anos no 2º ciclo do fundamental, % de jovens de 15 a 17 anos com o fundamental completo e % de jovens de 18 a 20 anos com o médio completo.

Já para o IDHM Renda o índice da dimensão Renda que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido a partir do indicador Renda per capita, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{valor mínimo})] / [\ln(\text{valor máximo}) - \ln(\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são R\$ 8,00 e R\$ 4.033,00 (a preços de agosto de 2010). Para entender o desenvolvimento na espacialidade do território sudeste paranaense, os indicadores do IDHM, ajudam a verificar por números essa evolução. Na tabela n 1, é apresentado o IDHM dos últimos 3 censos realizados pelo IBGE.

¹ Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/glossario/. Acesso em 21 de mar. 2019.

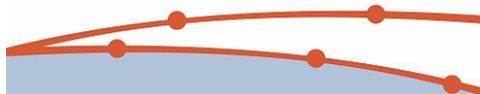


Tabela n 1 – Dados do IDHM do Brasil, Paraná e do Território Sudeste (PR)

Espacialidades	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
Brasil	0,493	0,612	0,727
Paraná	0,507	0,650	0,749
Antônio Olinto	0,317	0,495	0,656
Bituruna	0,392	0,533	0,667
Cruz Machado	0,328	0,492	0,664
Fernandes Pinheiro	0,333	0,526	0,645
General Carneiro	0,381	0,532	0,652
Guamiranga	0,361	0,511	0,669
Imbituva	0,395	0,540	0,660
Ipiranga	0,335	0,519	0,652
Irati	0,459	0,617	0,726
Ivaí	0,366	0,536	0,651
Mallet	0,424	0,575	0,708
Paula Freitas	0,439	0,592	0,717
Paulo Frontin	0,397	0,545	0,708
Porto Vitória	0,409	0,558	0,685
Prudentópolis	0,390	0,544	0,676
Rebouças	0,383	0,559	0,672
Rio Azul	0,392	0,538	0,687
São João do Triunfo	0,325	0,503	0,629
São Mateus do Sul	0,434	0,599	0,719
Teixeira Soares	0,409	0,575	0,671
União da Vitória	0,521	0,663	0,740

Fonte: Atlas Brasil/2013, Dados da Pesquisa, 2019.

Os IDHM dos municípios do território sudeste paranaense, como: Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, Fernandes Pinheiro, General Carneiro, Ipiranga, Ivaí, Rebouças, São João do Triunfo - melhoram seus índices, dobrando os dados para melhor. Porém, somente Irati, São Mateus do Sul e União da Vitória chegaram próximos aos indicadores do Paraná e da média nacional. Faltam muitas realizações neste território para melhorar e superar esses indicadores de média estadual e nacional.

Posto que, para entender os indicadores demográficos, dentro de um espaço geográfico, pelo motivo que ajudam a compreender certas características do lugar habitado na a apreciação de espacialidade e dos dados, como na análise sobre indicadores educacionais, divulgados nos Censos do IBGE (1991, 2000 e 2010), especificamente, no recorte do Território Da Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense (TMGSP),



certamente, leva-se a perceber a importância da ocupação desse espaço e da mobilidade populacional em busca de desenvolvimento e crescimento.

Essa espacialidade do territorial sudeste paranaense, objeto do estudo, se configura por 21 municípios, divididos geograficamente em quatro microrregiões: 1) - Microrregião Geográfica Prudentópolis, 2) - Microrregião Geográfica Irati, 3) - Microrregião Geográfica União da Vitória, 4) - Microrregião Geográfica São Mateus do Sul. Na tabela número n 2, dados demográficos totais dos espaços ocupados no Brasil, Paraná e no Território Sudeste Paranaense. Apresentam em 20 anos a mobilidade populacional, em que, análises podem apontar e investigar as principais causas das mudanças nesse território. Também dados de estimativas para 2018 da população no país, Estado do Paraná e os municípios inseridos no território sudeste paranaense.

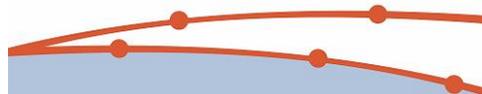


Tabela n 2 – Dados demográficos do Brasil, Paraná e do Território Sudeste (PR)

Espacialidades	População total 1991	População total 2000	População total 2010	ESTIMATIVA 2018
Brasil	146.825.475	169.798.885	190.755.799	208.494.900
Paraná	8.448.713	9.563.458	10.444.526	11.348.937
Antônio Olinto	7.733	7.407	7.351	7.441
Bituruna	12.852	15.733	15.880	16.377
Cruz Machado	16.568	17.667	18.040	18.675
Fernandes Pinheiro	6.212	6.368	5.932	5.690
General Carneiro	11.287	13.899	13.669	13.735
Guamiranga	7.136	7.134	7.900	8.664
Imbituva	16.570	24.496	28.455	32.179
Ipiranga	12.590	13.308	14.150	15.092
Irati	48.964	52.352	56.207	60.357
Ivaí	12.058	11.899	12.815	13.791
Mallet	11.808	12.602	12.973	13.595
Paula Freitas	4.665	5.060	5.434	5.837
Paulo Frontin	6.558	6.565	6.913	7.321
Porto Vitória	4.541	4.051	4.020	4.068
Prudentópolis	46.173	45.344	48.792	51.961
Rebouças	12.948	13.663	14.176	14.851
Rio Azul	12.406	13.023	14.093	15.134
São João do Triunfo	12.320	12.418	13.704	14.996
São Mateus do Sul	33.138	36.569	41.257	45.806
Teixeira Soares	7.810	8.192	10.283	12.163
União da Vitória	43.240	48.522	52.735	57.111
TOTAL TERRITÓRIO SUDESTE PARANAENSE	347.577	376.272	404.779	434.844

Fonte: Atlas Brasil/2013, Dados da Pesquisa, 2019.

Segundo o IBGE (2019), os dados demográficos apresentados na tabela n 2, demonstram que a população brasileira cresceu 29,92% no período de 1991 para 2010. Enquanto que o Estado do Paraná, neste mesmo período, a população, cresceu 23,62%. Já o Território Sudeste Paranaense, conforme os dados desse mesmo período, a população total cresceu 16,15%, abaixo da média paranaense e nacional.

Com relação à estimativa total da população em 2018, observa-se que no Brasil, de 2010 para 2018 teremos um aumento de 9,29%, no Estado do Paraná terá um aumento



populacional de 8,65% e no território sudeste paranaense o aumento populacional será de 7,42%, sendo assim, se confirmarem essa projeção o crescimento será inferior em nível de Brasil e Paraná. Destaca-se que o município de Fernandes Pinheiro, desse território, apresentam dados da estimativa, que também se confirmarem, com o novo censo, a sua população irá diminuir 4,07% e o município de Porto Vitória projeta um aumento de 48 habitantes. Mais ainda, em 20 anos, o mesmo diminuiu sua população dos 4.541 para uma projeção de 4.068 habitantes em 2018.

Consoantes à demografia, os municípios que ocorreram decréscimo, na população total, foram os de: Antônio Olinto menos 4,94%, Fernandes Pinheiro menos 4,51%, e Porto Vitória o maior índice que foi com menos 11,47%.

Já os municípios, que ocorreram acréscimo populacional do Território Sudeste Paranaense foram: Bituruna com mais 23,56%, Cruz Machado com mais 8,88%, Imbituva com maior crescimento populacional no território com mais 71,72%, Irati com mais 14,79%, Rebouças cresceu 9,48%, Prudentópolis cresceu 6,06%, General Carneiro cresceu 21,10%, Rio Azul cresceu 13,59%, Guamiranga cresceu 10,69%, Ipiranga cresceu 12,39%, Mallet cresceu 16,78%, São Mateus do Sul com mais 24,50%, Teixeira Soares com mais 31,09% e, por fim, União da Vitória com 21,96%. A importância de entender a demografia - como indicador de desenvolvimento - pode apontar para várias análises territoriais e, sobretudo, observa-se que neste território a população cresceu abaixo da média brasileira e estadual, ficando estagnada no seu crescimento.

Na tabela número n 3, dados demográficos dos espaços - rural e urbano - no Brasil, Paraná e no Território Sudeste Paranaense. Apresentam em 20 anos uma mobilidade populacional de análises a serem investigadas as principais causas de mudanças nesse território. O êxodo rural acentuado em alguns municípios, de deu devido às pessoas, buscarem na cidade outras opções como: o crescimento econômico, a formação acadêmica, trabalho na exploração de minérios em alguns municípios, entre outras, que são fatores que ajudam a responder os motivos para essa mobilidade rural e urbana no território.

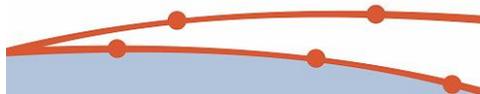


Tabela n 3 – Dados demográficos - rural e urbano do Território Sudeste (PR)

Espacialidades	População rural 1991	População rural 2010	População urbana 1991	População urbana 2010
Brasil	35.834.485	29.830.007	110.990.990	160.925.792
Paraná	2.250.760	1.531.834	6.197.953	8.912.692
Antônio Olinto	7.115	6.664	618	687
Bituruna	7.277	5.981	5.575	9.899
Cruz Machado	14.095	11.983	2.473	6.057
Fernandes Pinheiro	4.339	3.838	1.873	2.094
General Carneiro	5.209	4.100	6.078	9.569
Guamiranga	5.716	5.664	1.420	2.236
Imbituva	10.116	10.567	6.454	17.888
Ipiranga	9.376	9.261	3.214	4.889
Irati	17.686	11.275	31.278	44.932
Ivaí	9.100	8.186	2.958	4.629
Mallet	6.280	5.403	5.528	7.570
Paula Freitas	3.192	2.686	1.473	2.748
Paulo Frontin	4.985	4.740	1.573	2.173
Porto Vitória	1.649	1.785	2.892	2.235
Prudentópolis	34.781	26.329	11.392	22.463
Rebouças	7.552	6.671	5.396	7.505
Rio Azul	9.200	9.081	3.206	5.012
São João do Triunfo	9.490	9.656	2.830	4.048
São Mateus do Sul	17.211	15.551	15.927	25.706
Teixeira Soares	5.127	5.487	2.683	4.796
União da Vitória	4.077	2.752	39.163	49.983
TOTAL DO TERRITÓRIO	193.573	167.660	154.004	237.119

Fonte: Atlas Brasil/2013, Dados da Pesquisa, 2019.

Conforme o IBGE (2019), os dados demográficos apresentados na tabela n 2, demonstram que a população brasileira na área rural em 20 anos diminuiu 16,75%. O Estado do Paraná, a população rural diminuiu 31,94 % - muito acima da média nacional. Já o território sudeste paranaense diminuiu sua população rural em 13,38 %. Esses dados demonstram um acentuado êxodo rural tanto em nível nacional, como no Estado e no território sudeste paranaense; a busca da cidade como fator de melhoria da vida.

Destaca-se que esse território tem características e vocação para exploração agropecuária, como principal fonte de renda, nos municípios dessa espacialidade sudeste paranaense. Assim sendo, o recorte do território sudeste paranaense os municípios com



diminuição na população rural foram: Antônio Olinto menos 6,47%, Bituruna menos 17,80%, Cruz Machado menos 14,98%, General Carneiro menos 20,19%, Irati menos 36,24%, Imbituva menos 4,45%, Ivaí menos 10,11%, Mallet menos 13,96%, Paula Freitas menos 15,85%, Prudentópolis menos 24,30%, São Mateus do Sul menos 9,64% e União da Vitória menos 32,49%. Teixeira Soares foi o único em 20 anos que teve acréscimo na população rural, com 7,02% de aumento populacional rural.

Quanto a demografia urbana, destaca-se na tabela n 3, o que ocorreu no período de 1991 à 2010, segundo o IBGE, o Brasil se transforma cada vez mais urbano, pois a população urbana cresceu em 20 anos 44,99%, o Estado do Paraná cresceu 43,80% e o recorte no território sudeste paranaense o acréscimo na população urbana foi de 53,69%.

Neste território os municípios de mais cresceu a população urbana foram: Antônio Olinto mais 11,16%, Bituruna crescimento mais 77,56%, Cruz Machado grande crescimento com mais 144,92%, Imbituva o maior crescimento com 177,03%, General Carneiro mais 57,43%, Irati com mais 43,65%, Ivaí com 56,49%, Mallet com 36,93%, Paula Freitas com 38,14%, Prudentópolis com 97,185 também com alto crescimento urbano, São Mateus do Sul cresceu 61,39% Teixeira Soares com 78,75% e União da Vitória cresceu 23,62%. Destaca-se que Porto Vitória com menos 22,09%, foi o único município que diminuiu sua população urbana no território sudeste paranaense.

5 - INDICADORES EDUCACIONAIS NO TERRITÓRIO SUDESTE PARANAENSE

Os indicadores educacionais, divulgados nos censos do IBGE (1991, 2000, e 2010) de forma comparativa, leva-se a compreender que está ocorrendo uma evolução ou melhora na área da educação, explana-se no quadro 1, que no Estado do Paraná, ao observar-se os dados produzidos pelos Censos, destaca-se que eles estão em conformidade com a média nacional no ensino fundamental completo, no ensino médio completo. Porém no ensino superior completo, os dados aponta uma leve porcentagem acima da média nacional.

Para compreender os indicadores educacionais, no quadro n 1, apresentam-se indicadores gerais em nível de Brasil comparados com os do Estado do Paraná.

Quadro n 1 - Dados educacionais gerais dos censos (1991- 2000-2010).

Espacialidades	% de 18 anos ou mais com fundamental completo 1991	% de 18 anos ou mais com fundamental completo 2000	% de 18 anos ou mais com fundamental completo 2010
Brasil	30,09	39,76	54,92
Paraná	29,11	41,95	55,53
Espacialidades	% com médio completo - 18 anos ou mais 1991	% com médio completo - 18 anos ou mais 2000	% com médio completo - 18 anos ou mais 2010
Brasil	0	30,84	44,91
Paraná	0	31,75	44,90
Espacialidades	% de 25 anos ou mais com superior completo 1991	% de 25 anos ou mais com superior completo 2000	% de 25 anos ou mais com superior completo 2010
Brasil	5,75	6,77	11,27
Paraná	5,53	7,03	12,75

Fonte: Atlas Brasil/2013, Dados da Pesquisa, 2019.

Certamente, esses dados apontam uma melhora no ensino superior completo do Estado do Paraná, mas indicam também que, nos anos de 2000 até 2010, incidiu um aumento de 81,83%, entre os indicadores educacionais de ensino superior, portanto, leva ao entendimento de que está sucedendo melhoras nessa área de ensino no território.

Para realizar uma análise dos indicadores educacionais na espacialidade do território do sudeste paranaense, reuniram-se dados estatísticos, em forma de tabelas, sobre ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior completo.

Afim de que, os dados estatísticos, gerados pelos Censos do IBGE (1991-2000-2010) são insumos para construção dos indicadores sociais educacionais, para tal entendimento, esse coletado foram nos delimitado do território sudeste paranaense configurado por 21 municípios, passíveis para análises, sobre a eficiência das políticas educacionais implantadas no Brasil, neste recorte do território na espacialidade do sudeste paranaense.

Na tabela n 4, apresentam-se os dados de espacialidades dos indicadores educacionais da média nacional, do Estado do Paraná e do território sudeste paranaense, sobre o ensino fundamental completo, no espaço de tempo dos 20 anos, coletados nos 3 censos (1991,200 e 2010) realizados pelo IBGE, no Brasil.



Tabela n 4- Dados dos indicadores educacionais de ensino fundamental completo.

Espacialidades	% de 18 anos ou mais com fundamental completo 1991	% de 18 anos ou mais com fundamental completo 2000	% de 18 anos ou mais com fundamental completo 2010
Brasil	30,09	39,76	54,92
Paraná	29,11	41,95	55,53
Antônio Olinto	5,55	14,87	28,09
Bituruna	13,51	23,46	38,65
Cruz Machado	8,31	17,15	33,76
Fernandes Pinheiro	6,56	17,32	32,53
General Carneiro	12,55	24,02	37,36
Guamiranga	11,02	16,11	31,68
Imbituva	13,29	20,48	32,75
Ipiranga	9,44	18,99	31,23
Irati	23,19	32,26	47,59
Ivaí	11,64	19,57	33,97
Mallet	15,71	24,59	43,34
Paula Freitas	16,39	26,39	41,84
Paulo Frontin	16,47	24,39	41,22
Porto Vitória	16,54	21,44	39,10
Prudentópolis	13,44	21,02	36,86
Rebouças	12,04	23,59	37,92
Rio Azul	12,59	22,23	35,21
São João do Triunfo	8,15	16,87	29,14
São Mateus do Sul	17,02	30,22	47,74
Teixeira Soares	15,11	28,54	38,03
União da Vitória	33,58	43,17	56,23
MÉDIA DO TERRITÓRIO	13,91	23,18	37,82

Fonte: Atlas Brasil/2013, Dados da Pesquisa, 2019.

Observa-se que esses indicadores, sobre a escolaridade do ensino fundamental completo, incidiram certo grau na evolução, principalmente, nota-se que os dados apontam para todos os municípios que ocorrem melhoras significativas. Em alguns municípios quase que dobraram ou triplicaram os valores, como se observa os indicadores que estavam abaixo de 10% como em: Antônio Olinto aumentou 440,12%, Cruz Machado 354,39%, Fernando Pinheiro 395,88%, Ipiranga 230,82% e em São João do Triunfo aumentou



257,54%. Esses dados demonstram a mudança para melhor no ensino fundamental nestes municípios.

Entre os municípios de maior população no território como: Imbituva a melhora foi de 146,42%, Irati foi de 105,00%, Prudentópolis a melhora foi de 175,25%, São Mateus do Sul, a melhora foi de 295,52% e em União da Vitória melhorou a média em 67,45%.

Segundo PAULA FERREIRA (2017) pesquisa publicada no Globo, fatores combinados também fazem com que grande parte dos jovens não conclua o ensino médio até os 19 anos. A pesquisa mostra que em 2005 apenas 41,4% dos jovens de 19 anos haviam se formado na etapa. Em 2015, o índice era de 58,5%, muito abaixo da meta estabelecida para a educação do ensino médio que era de 74,5%. Essa pesquisa é uma realidade que se reproduz neste território do sudeste paranaense.

Logo, na tabela n 5, são apresentados indicadores educacionais de ensino médio completo do território sudeste paranaense.

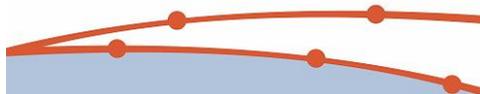


Tabela n 5- Dados dos indicadores educacionais de ensino médio completo.

Espacialidades	% de 18 anos ou mais com médio completo 1991	% de 18 anos ou mais com médio completo 2000	% de 18 anos ou mais com médio completo 2010
Brasil	17,91	24,67	37,89
Paraná	17,33	26,01	38,52
Antônio Olinto	2,10	8,26	16,10
Bituruna	6,89	11,44	20,15
Cruz Machado	3,77	8,40	18,89
Fernandes Pinheiro	3,36	8,78	17,48
General Carneiro	4,83	10,91	21,99
Guamiranga	5,77	9,34	19,50
Imbituva	8,24	11,77	19,68
Ipiranga	4,33	9,33	17,34
Irati	13,61	18,96	31,00
Ivaí	5,89	10,70	20,01
Mallet	9,18	12,70	29,73
Paula Freitas	4,38	12,50	22,94
Paulo Frontin	7,83	13,31	26,66
Porto Vitória	6,75	9,06	23,20
Prudentópolis	7,52	12,97	25,03
Rebouças	7,39	11,32	24,21
Rio Azul	6,93	10,80	19,60
São João do Triunfo	3,60	8,47	15,35
São Mateus do Sul	10,64	18,01	30,14
Teixeira Soares	8,51	15,86	24,12
União da Vitória	17,93	25,91	36,64
MÉDIA DO TERRITÓRIO	7,12	12,32	22,85

Fonte: Atlas Brasil/2013, Dados da Pesquisa, 2019.

Os indicadores sobre o ensino médio completo, entre os 15-17 anos, baseados em dados dos três censos, realizados pelo IBGE (1991, 2000 E 2010), apontam melhoras significativas neste subitem, destacando-se aqui os municípios menores como: Antônio Olinto melhorou 606,66% Fernandes Pinheiro 420,23%, Guamiranga 237,95%, Paula Freitas, melhorou 423,74%, Paulo Frontin, 240,48%, Porto Vitória os indicadores melhoraram 243,70%. Entre os municípios com maior população no território sudeste paranaense, destaca-se: Imbituva melhorou em 20 anos 138,83%, Irati 127,77%,



Prudentópolis 232,44%, São Mateus do Sul 183,27% e União da Vitória a melhora dos indicadores firam de 104,35%.

Por fim os indicadores educacionais de nível superior completo do território sudeste paranaense, são apresentados na tabela n 6.

Tabela n 6- Dados dos indicadores educacionais de ensino superior completo.

Espacialidades	% de 25 anos ou mais com superior completo 1991	% de 25 anos ou mais com superior completo 2000	% de 25 anos ou mais com superior completo 2010
Brasil	5,75	6,77	11,27
Paraná	5,53	7,03	12,75
Antônio Olinto	0,14	0,89	3,41
Bituruna	0,54	3,00	5,24
Cruz Machado	0,29	1,43	3,89
Fernandes Pinheiro	0,40	0,33	2,25
General Carneiro	0,79	2,30	3,95
Guamiranga	0	0,57	2,68
Imbituva	1,19	1,45	3,98
Ipiranga	0,6	1,42	3,86
Irati	3,89	4,80	8,75
Ivaí	1,05	1,43	4,02
Mallet	1,57	1,80	4,89
Paula Freitas	0,53	1,92	3,75
Paulo Frontin	1,71	2,03	4,78
Porto Vitória	1,16	1,82	3,75
Prudentópolis	1,20	2,47	6,14
Rebouças	1,71	2,49	5,74
Rio Azul	1,26	2,12	4,09
São João do Triunfo	0,48	1,46	3,37
São Mateus do Sul	2,41	3,00	7,91
Teixeira Soares	2,15	2,83	4,95
União da Vitória	5,49	7,24	12,54
MÉDIA DO TERRITÓRIO	1,36	2,23	4,95

Fonte: Atlas Brasil/2013, Dados da Pesquisa, 2019.

Os dados estatísticos, organizados na tabela n 6, apontam que no proceder desses 20 anos, aconteceram algumas melhoras nos indicadores na formação de nível superior nos municípios da região sudeste paranaense. Os municípios com as maiores porcentagens nos indicadores de nível superior foram: Antônio Olinto com aumento de 2.335,71%, Bituruna



com 870,37%, Cruz Machado com 1.241,37%, Fernandes Pinheiro com 426,50%, General Carneiro com 400,00%, Guamiranga com 2.670,00%, Ipiranga com 543,33%, Paula Freitas com 607,54% e São Joao do Triunfo com 602,08%.

Elemento que, os municípios com maior população no território os dados foram: Imbituva com 234,45%, Irati com 124,93%, Prudentópolis com 411,67%, São Mateus do Sul com 228,21% e União da Vitória com 128,41%.

Para entender a importância do ensino superior, os municípios com polos em educação superior, como aponta o censo 2010 -, Irati com 8,75%, São Mateus do Sul com 7.91 % e União da Vitória com 12,59% -, são municípios que possuem maior porcentagem entre seus habitantes com a formação superior. Lembrando que a porcentagem de formados em nível superior no Brasil é de 11,27% e Paraná é de 12,75%.

Por fim, verificar os dados estatísticos produzidos pelos três censos realizados no Brasil, de 1991, 2000 e 2010, aponta indicadores, desde o IDHM, demografia, educação de níveis fundamental, médio e superior, leva-nos a compreender que esse território do sudeste paranaense precisa receber mais investimentos na área educacional para que as pessoas possam investir no crescimento econômico como forma de assegurar as pessoas no território com melhores infraestruturas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em várias fontes constam que os Indicadores em Educação são questionados, não propriamente pela falta de dados para a construção de indicadores educativos, mas as condições para o uso legítimo dos indicadores. Isto é, estaria havendo uma carência de significação intrínseca e invariante dos indicadores, cujas causas principais seriam: insuficiente contexto teórico-conceitual; suposição de contextos educativos universais; falta de dados que reflitam mudanças estruturais produzidas na própria escola; e pequena integração dos indicadores educativos aos da estrutura socioeconômicas do país. Mas, certamente nos ajudam a compreender e interpretar, por meio de números, a realidade da educação no Brasil. Os indicadores apresentados neste artigo refletem uma realidade do Território Sudeste Paranaense, que de certa forma e vêm ao logo desses 20 anos mudando a partir da educação, dessa população que vive no território, mas que ainda para a promoção de desenvolvimento, estão além, das necessidades existentes, neste recorte no territorial, e necessitam, sobretudo, de políticas públicas de infraestrutura e de educação. Não bastam políticas de governo, essas acabam com o mandato do governante, é preciso,



certamente, de políticas públicas de Estado e com efetividade, ou seja, com eficiência (meios) e eficácia (resultados) necessárias na promoção do desenvolvimento de forma sustentável.

Dentre tantas políticas públicas e programas de governo, voltados ao desenvolvimento comunitário, territorial e regional, destaca-se aqui na área da educação, que a mesma não consegue evoluir sem efetivar os investimentos de infraestrutura na área educacional. Entrementes, os resultados esperados emanam de algum tempo para serem analisados se, os mesmos, melhoraram por meio da área da educação no Território, contribuindo assim para o desenvolvimento: tanto no Brasil, no Paraná e no recorte da espacialidade do Território Sudeste Paranaense.

A partir das exposições dos dados estatísticos com a evolução e valores, observa-se que as ações para melhorar a infraestrutura educacional, disponibilizadas no território, existem instrumentos jurídicos e administrativos destinados ao planejamento e à execução concreta de políticas públicas com a finalidade de promover a redução das desigualdades regionais.

Entrementes, as discussões e buscas sobre as abordagens, das mais distintas escalas espaciais, de ação e transformações nas diferentes dimensões setoriais, que estão presentes e que condicionam à formulação das políticas públicas de desenvolvimento, além dos processos de desenvolvimento territorial, regional e comunitário destaca-se a educação como uma reflexão de desenvolvimento e planejamento territorial. A educação é um dos condicionantes aos desafios e contradições geradas, por estruturas montadas na promoção das políticas e processos de desenvolvimento e dimensões dos processos e políticas territoriais rurais e urbanas, que ao longo da história de um território, como o do sudeste paranaense, ainda apresentam as deficiências nos investimentos na capacidade e estrutura educacional para que o território venha a se desenvolver.

REFERENCIAL

ALTMANN, Werner. (1981). **A temática dos indicadores sociais e sua resultante atual: a qualidade de vida**”, Indicadores Sociais de Sergipe, Aracaju.

BRASIL. **Ministério Do Desenvolvimento Agrário- Mda**. <http://www.sit.mda.gov.br>. Acesso em 25.3..2019.



BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. <http://www.IBGE.gov.br>

FERREIRA, Paula. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/nao-concluíram-ensino-medio>. Acesso em 12 março 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012.

KNOREK, R. **Territórios: políticas de desenvolvimento no Brasil e Portugal**. Curitiba, CRV, 2017.

LIBÂNEO, J.; FERREIRA, J.; SEABRA, M. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETO, Joaquim José Soares; JESUS, Girlene Ribeiro; KARINO, Camila Akemi; ANDRADE, Dalton Francisco de Andrade. **Uma Escala para Medir a Infraestrutura Escolar. Estudos em Avaliação Educacional**: São Paulo, volume 24, jan/abril 2013.

PORTAL TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. Disponível em: <http://introducaoeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>. Acesso em 04.05.2018.

SANTAGADA, Salvatore. (2007). “**Indicadores Sociais: Uma primeira abordagem social e histórica**”, *Pensamento Plural*, Pelotas. Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/01/06.pdf>. Acesso em maio de 2018.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e Funcionamento da educação básica**. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001.

SANTOS, Milton. ELIAS, Denise. **Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 5 ed. São Paulo, Editora HUCITEC, 1997.